

O GRUPO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: OS DESLOCAMENTOS DA CLÍNICA À COMUNIDADE*

EL GRUPO COMO CONSTRUCCIÓN SOCIAL:
DESPLAZAMIENTOS DE LA CLÍNICA A LA COMUNIDAD

THE GROUP AS SOCIAL CONSTRUCTION:
FROM THE CLINICAL SETTING TO THE COMMUNITY

EMERSON
FERNANDO RASERA

Universidade Federal de
Uberlândia, Uberlândia,
MG, Brasil

RESUMO: No campo das práticas construcionistas, o entendimento do “grupo como construção social” oferece uma perspectiva não-essencialista focada na conversação, na colaboração entre terapeuta e cliente e na sensibilidade ético-política para a intervenção grupal. Nesse ensaio, apresentamos experiências sobre sua utilização em contextos clínicos, institucionais e comunitários, especificamente, de grupos de curto prazo em saúde mental, de construção de uma ONG aids e de grupos com a comunidade travesti. A análise dessas experiências mostra, por um lado, a riqueza, flexibilidade e utilidade das ferramentas construcionistas. Por outro lado, os desafios enfrentados questionam a inserção institucional e o conjunto de fazeres, identidades e expectativas que delimitam as possibilidades da prática grupal. O deslocamento da clínica à comunidade nos convida a refletir sobre quais os compromissos de nossas práticas com a sociedade que vivemos, ou seja, a pensar a política da prática grupal.

Palavras chave: construcionismo social; grupos; terapia; comunidade; política

RESUMEN: En el campo de las prácticas construccinistas, la comprensión del «grupo como construcción social» ofrece una perspectiva no esencialista, centrada en la conversación, la colaboración entre terapeuta y cliente y la sensibilidad ético-política de la intervención grupal. En este ensayo, presentamos experiencias de su utilización en contextos clínicos, institucionales y comunitarios, específicamente grupos de salud mental de corta duración, la construcción de una ONG de lucha contra el SIDA y grupos con la comunidad travesti. El análisis de estas experiencias muestra, por un lado, la riqueza, flexibilidad y utilidad de las herramientas construccinistas. Por otro, los desafíos enfrentados cuestionan la inserción institucional y el conjunto de acciones, identidades y expectativas que delimitan las posibilidades de la práctica grupal. El paso de la clínica a la comunidad nos invita a reflexionar sobre los compromisos de nuestras prácticas con la sociedad en la que vivimos, es decir, a pensar en la política de la práctica grupal.

Palabras clave: construccinismo social; grupos; terapia; comunidad; política

ABSTRACT: In the field of constructionist practices, the understanding of the «group as a social construction» offers a non-essentialist perspective focused on conversation, collaboration between therapist and client and ethical-political sensitivity to group intervention. In this essay, we present experiences of its use in clinical, institutional and community contexts, specifically short-term mental health groups, the establishment of an AIDS NGO, and engagement with the transvestite community. The analysis of these experiences shows, on the one hand, the richness, flexibility and usefulness of constructionist tools. On the other hand, the challenges faced question the group practice institutional location and the set of actions, identities and expectations that delimit its possibilities. Transitioning from clinical to community settings invites us to reflect on the commitments of our practices to the society we live in, in other words, to think about the politics of group practice.

Key words: social constructionism; groups; therapy; community; politics

*Esse texto foi originalmente publicado em Rasera, E. F. (2015). *Social constructionist perspectives on group work*. Chagrin Falls/OH: Taos Institute Publications.

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v33i79.766>



Na literatura, encontramos diferentes experiências que mostram a variedade de configurações que as práticas grupais podem assumir a partir de um vocabulário construcionista social (Becvar, Canfield, Becvar, 1997; Browne e Jain, 2002; Guanaes, 2006; Herzig & Chasin, 2006). Esse texto se junta a essas iniciativas e busca refletir sobre as possíveis contribuições do discurso construcionista social para o campo da prática grupal, a partir do entendimento do “grupo como construção social”.

Visando atingir esse objetivo, apresentaremos as redescrições teórico-práticas promovidas por esse entendimento, bem como sua utilização em três diferentes contextos grupais: clínico, institucional e comunitário. Considerando que a ideia do “grupo como construção social” foi gerada no contexto clínico da psicoterapia de grupo (Rasera & Japur, 2001, 2007), sua utilização, ao longo dos últimos anos, em diferentes contextos grupais implicou alguns desafios e transformações. Assim, buscando refletir sobre essa trajetória, analisaremos também as possibilidades e os questionamentos decorrentes da utilização do vocabulário construcionista em cada um daqueles contextos, bem como, as questões que se apresentaram ao mudarmos os contextos da prática grupal, da clínica à comunidade, e os novos desenvolvimentos possíveis.

EM BUSCA DE UM DISCURSO CONSTRUCIONISTA PARA A PRÁTICA GRUPAL

Os estudos sobre os grupos, seja em perspectivas psicossociológicas da Dinâmica de Grupo, seja no campo da Psicoterapia, são caracterizados por concepções essencialistas que privilegiam o entendimento do grupo como uma unidade, com características próprias, fases de desenvolvimento, e conflitos que podem ser resolvidos a partir das intervenções de um líder-terapeuta capacitado.

Interessados numa alternativa não-essencialista para o entendimento dos grupos, buscamos nos aproximar de um discurso construcionista social, construído pelas preocupações da Psicologia Social e da Psicoterapia. No campo da Psicologia Social, tal discurso é marcado pelos aspectos performáticos da linguagem, pela inserção socio-histórica dos sistemas de significação, e pela ênfase relacional no processo de construção social da realidade (Gergen, 1997; Spink, 1999). Na Psicoterapia, especialmente no campo da terapia familiar, o construcionismo social está associado a uma prática terapêutica caracterizada pela ênfase no significado dos problemas trazidos pelos clientes, e pela co-construção do sistema terapêutico entre terapeuta e cliente. Caracteriza-se também pelo foco nos relacionamentos nos quais o cliente está envolvido, pela busca das múltiplas vozes que constituem o self e os problemas, pelo interesse em investigar possibilidades futuras, pela promoção de novos contextos de ação, e pelo reconhecimento e sensibilidade aos valores trazidos pelo terapeuta e pelos clientes (McNamee & Gergen, 1992; Gergen & Warhuss, 2001).

A partir dessa aproximação, nos deslocamos do estudo do fenômeno grupal em direção à prática grupal, e propomos entender “o grupo como construção social” (Rasera & Japur, 2007), redescrevendo-o como uma prática discursiva, ou seja, uma forma de criar realidades relacionais por meio da linguagem. A partir dessa descrição, o grupo se institui na relação entre as pessoas como uma construção linguística, como um objeto do qual se fala, que ganha diferentes sentidos conforme as pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo, é no plano conversacional que os sentidos são negociados afetando a estabilidade dos discursos sobre o grupo.

Esta redescrição teórica e conceitual está associada a outras redescrições práticas sobre a composição grupal, os modos de interação e finalização do grupo. Dessa forma, a composição grupal é compreendida como um processo de negociação

entre terapeuta e potenciais participantes, não estando definida por critérios a priori estabelecidos pelo terapeuta. Ao longo do processo de composição, se define conjuntamente as possibilidades de inclusão de cada participante.

O modo de entender o que ocorre no processo grupal deve se dar a partir de um contrato grupal, o qual consiste no meio de delimitar algumas condições de produção de sentido. Assim, por meio da negociação ativa entre terapeuta e participantes, se define o número de encontros, composição, modos de desenvolver a conversa e objetivos possíveis. É a partir dessa negociação que os participantes organizam e dão sentido ao grupo e as maneiras de solucionar os problemas.

O problema e a mudança são entendidos como construções discursivas produzidas nas relações entre as pessoas, ou seja, são determinadas formas de descrição que geram sentidos de conflito e dificuldade. No grupo, os problemas ganham diferentes descrições, por diferentes participantes, explicitando seu caráter construído e relacional e facilitando seu processo de desconstrução.

A relação entre o terapeuta e os participantes se dá a partir de uma parceria conversacional, na qual todos são co-responsáveis pelo desenvolvimento das relações no grupo. O coordenador atua na criação e manutenção de um espaço de diálogo e reflexão com o outro e consigo mesmo, no qual a interação direta entre os participantes é estimulada e o conflito é entendido como oportunidade de construção de novos sentidos.

A duração do grupo é definida a partir do entendimento do grupo como uma intervenção ético-política. Apesar do número de sessões ser definido situacionalmente, o grupo tem um caráter breve, que o situa como um dos espaços possíveis de descrição de si, que aponta para outros espaços e não os substitui, evitando-se a psicologização dos problemas trazidos. O término do grupo junto aos participantes se dá pelo fortalecimento de narrativas de si marcadas por sentidos de potencialidade.

Essa forma de redescrever o grupo não consiste em um tradução necessária do discurso construcionista, nem estabelece um conjunto de regras sobre o que fazer. Ela apresenta alguns orientadores gerais que possibilitam ao coordenador do grupo focalizar o momento interativo, promovendo a responsabilidade relacional e empoderando as pessoas para novas ações e identidades, a partir das diferentes contribuições da terapia narrativa (White & Epston, 1990), terapia colaborativa (Anderson, 1997) e processos reflexivos (Andersen, 1987).

Essas redescrições da prática grupal, em nossa trajetória, foram utilizadas em diferentes contextos da prática grupal. Buscando refletir sobre essa possibilidade, apresentamos a seguir três experiências, indicando seu contexto de realização, o formato da intervenção, as ferramentas utilizadas e os desafios apresentados.

A CLÍNICA GRUPAL: GRUPOS DE CURTO PRAZO EM SAÚDE MENTAL

A partir da redescricao do grupo como construção social e prática discursiva, realizamos vários grupos, com população adulta, com diferentes demandas terapêuticas, no contexto de uma clínica escola de Psicologia (Rasera et al. 2006). O formato do atendimento consistia de sessões semanais, de uma hora e trinta minutos, em torno de oito a dez pacientes. Eram realizadas sessões individuais de acolhimento, seleção e preparação, e acompanhamento, doze sessões grupais, além da redação de cartas sobre o grupo, após cada sessão (Chen et. al, 1998). A equipe terapêutica se dividia em terapeutas de campo e terapeutas da equipe reflexiva. A atuação dos terapeutas, seja durante as conversas individuais ou grupais, seja na equipe reflexiva

ou na redação das cartas, enfatizava a análise do processo social de construção dos sentidos, em uma postura de co-construção entre terapeuta e cliente.

O desenvolvimento desses atendimentos facilitou o reconhecimento das contribuições construcionistas na terapia como vocabulários ao invés de modelos, entendendo-as como opções discursivas (Mcnamee, 2003) que permitiam a utilização de diferentes recursos por parte do terapeuta, conforme as necessidades conversacionais presentes na interação entre os participantes do grupo.

Ele possibilitou também questionar descrições sobre “o” grupo, favorecendo o foco no processo conversacional, em uma prática que implicava todos os participantes, em sua diversidade, no entendimento dos acontecimentos grupais, das formas de interagir e se transformar. A sensibilidade aos processos sociais de construção da realidade estimulada pelo discurso construcionista contribuiu ainda para que se iniciasse uma reflexão sobre as implicações ideológicas de determinadas formas de conversar e definir problemas no contexto grupal.

Contudo, a experiência nesse contexto apontou alguns desafios na utilização das redescrições do grupo como construção social. O convite do terapeuta para os processos de negociação da composição grupal, em que se conversava sobre como cada participante percebia os outros potenciais participantes, era recebido com receio pelos participantes que tinham naquele momento a sua própria inclusão posta em questão. Da mesma forma, a negociação do contrato, ou seja, das regras que dão forma ao contexto de atendimento, ficou delimitada pela tradição das práticas psicoterápicas, reproduzindo o formato do modelo hegemônico dos atendimentos de psicoterapia no contexto brasileiro (atendimento semanal, com duração específica e composição estável). Ou seja, a possibilidade de produção de sentidos sobre essas novas práticas de negociação sobre a composição e o contrato grupal era delimitada pela sua inserção sócio-histórica e enfrentava desafios em sua implementação.

O TRABALHO INSTITUCIONAL: A CONSTRUÇÃO DE UMA ONG AIDS

As idéias do grupo como construção social inspiraram a coordenação de um projeto de criação e desenvolvimento de uma Organização Não-Governamental para pessoas portadoras do HIV. Essa iniciativa se desenvolveu a partir das reflexões dos pacientes de um grupo de apoio por nós coordenado, decorrentes da identificação das necessidades compartilhadas diante do sistema de saúde público e da participação em encontros políticos sobre os direitos dessa população, e que culminaram no interesse em criar uma ONG (Rasera, 2006; Rasera & Issa, 2007).

Considerando o pedido de assessoria na estruturação da ONG, realizamos, inicialmente, quatro encontros de aproximadamente três horas com oito participantes para explorar os possíveis objetivos da instituição e definir sua estrutura. Nesses encontros, também inspirados pela abordagem da Investigação Apreciativa (Hammond, 1996), buscamos compartilhar as motivações de cada participante por meio de suas narrativas pessoais, identificar experiências exitosas vividas pelo grupo, imaginar a diferença que eles gostariam de fazer para a vida dos portadores de HIV na cidade, explorar as ações que eles gostariam de fazer, e definir os conceitos e valores da ONG.

A coordenação dos encontros desse projeto foi orientada a partir de uma definição pontual e flexível sobre a estrutura dos encontros, cujo processo foi caracterizado pela avaliação contínua e definição dos passos seguintes. A atenção se voltou ao cuidado do processo conversacional, sustentando espaço para todos e de forma dialógica. Esse cuidado se traduziu em uma sensibilidade aos significados compartilhados

pelo grupo, bem como à incorporação das diferentes vozes, em uma apreciação e valorização das tentativas realizadas, e uma ênfase no futuro e na potencialidade. Dessa forma, foi possível obter o necessário conhecimento técnico sobre gestão organizacional a partir das observações e experiências dos próprios participantes, por meio de visitas a outras ONGs, consulta a documentos, estatutos e entrevistas com advogado, ao invés de ser uma transmissão normativa do coordenador sobre formas corretas de organizar uma ONG. A finalização desse processo se deu pela definição da estrutura organizacional, definição de meta e visão institucional, e a própria fundação da ONG.

Essa experiência permitiu refletir sobre a utilidade e produtividade das redescrições do grupo como construção social em um contexto não-clínico. Ela mostrou a validade das formas propostas para construir o grupo, bem como o valor da postura do coordenador em diferentes momentos de criação e desenvolvimento da instituição. Essa postura facilitou o reconhecimento mútuo dos variados projetos institucionais e o manejo dos desacordos entre os participantes na definição do projeto comum.

Além disso, esse trabalho institucional propiciou um questionamento sobre as possíveis relações entre a clínica e a participação social organizada. O percurso de pacientes de um grupo de apoio em direção a diretores de uma ONG/Aids aponta para uma mudança identitária significativa dos participantes desse processo. Ela foi sustentada por uma forma de coordenar o grupo de apoio também influenciada pelas propostas construcionista sociais. Assim, apesar da participação no grupo de apoio não ter como objetivo a criação de uma ONG, a sensibilidade às condições sociais dos sistemas de significação promovida pela postura terapêutica convidou a uma ampliação dos sentidos e conseqüentemente das ações realizadas pelos participantes. Essa experiência desafia a distinção entre o campo da clínica e da mobilização social e convida a uma postura híbrida, aberta e acolhedora da produção de diferentes respostas frente aos problemas trazidos pelos participantes.

A PRÁTICA COMUNITÁRIA: OS GRUPOS COM A COMUNIDADE TRAVESTI

A terceira experiência de prática grupal inspirada pelas redescrições do grupo como construção social vem se desenvolvendo numa parceria entre professores e estudantes universitários e a comunidade travesti de Uberlândia/Brasil. Essa comunidade é formada por jovens travestis, de camadas populares, que vivem em casas de travestis, são profissionais do sexo, e vêm de diferentes regiões do país. A parceria foi construída a partir das colaborações entre a equipe e as travestis, num processo de aproximação e construção da demanda e do trabalho comunitário.

Os orientadores da prática foram inspirados no vocabulário do grupo como construção social e buscaram garantir uma sensibilidade à cultural local, sendo resultado de um movimento de negociação e co-construção com as travestis participantes. Assim, buscamos evitar a patologização da experiência travesti, entendendo ser travesti como modo de vida cultural e garantindo a legitimidade dessa identidade social. A possível origem das dificuldades vividas por elas não era buscada em fatores médico-psicológicos internos, mas no conjunto de relações sociais que estavam envolvidas. Dessa forma, a prática comunitária estava organizada para criar conexões entre e com as travestis, seja entre as travestis e com a polícia, serviços sociais e de saúde, buscando superar o isolamento, abandono e invisibilidade dessa comunidade.

Considerando as várias necessidades, direitos e desejos das travestis, a prática comunitária foi sustentada em três modalidades de atividades: conversação, circulação e mobilização. A conversação era promovida por meio de encontros quinzenais que

promoviam o exercício do diálogo sobre temáticas escolhidas pelo grupo em um momento voltado às relações entre elas. A circulação era constituída de visitas a locais de entretenimento popular, tais como parques, shopping e museu, no qual o movimento se dava do grupo em direção à cidade, em um exercício de busca da inclusão. A mobilização social privilegiava ações coletivas e políticas, questionando o lugar das travestis na cidade, em um exercício de construção de uma cidadania participativa.

Alguns aspectos culturais característicos do modo de viver entre as travestis, trouxeram alguns desafios, especialmente, referente ao instável sentido de grupo, decorrente da forte rotatividade da participação, associada à migração das participantes, bem como da fragilidade do vínculo entre elas, o que exigia uma permanente negociação e reavaliação das atividades a serem realizadas. Da mesma forma, os modos preferíveis de conversar dessa comunidade, nem sempre pautados em uma postura dialógica, exigiu repensarmos as bases sócio-históricas da conversação, resgatando a importância da responsabilidade relacional como ideia orientadora da ação e evitando o risco de normatização do diálogo.

Interessantemente, tal qual ocorreu na experiência institucional com pessoas portadores do HIV, no trabalho com as travestis, elas também se mobilizaram a criar uma ONG para lutar pelos direitos das população LGBT, especialmente, travestis e transexuais. Esse processo de busca política de visibilidade associado ao risco de intensificação da estigmatização das identidades sociais assumidas pelos participantes gerava tensões entre as participantes que demandavam novas negociações e demandas para a equipe.

DA CLÍNICA À COMUNIDADE: O CONVITE A NOVOS DESENVOLVIMENTOS

A apresentação dessas experiências ilustra três diferentes formas de trabalho grupal possíveis a partir de um discurso construcionista. Buscando refletir sobre o desenvolvimento dessas experiências, analisaremos a utilidade do vocabulário do grupo como construção social e as implicações do deslocamento da prática clínica para o trabalho comunitário.

Considerando que as redescrições iniciais da prática grupal foram feitas a partir do contexto terapêutico (Rasera & Japur, 2001, 2007), o vocabulário parecia se adequar facilmente ao atendimento clínico de outros grupos com diferentes problemas. Assim, o foco da mudança estava voltado, ainda que não unicamente, aos sentidos e narrativas trazidas por cada participante a partir de sua própria demanda. O terapeuta trabalhava a partir dessa demanda, em um contrato aparentemente natural para todos. A intervenção terapêutica a partir da conversa envolvente e acolhedora sobre si se adequava às expectativas dos participantes.

As redescrições construcionistas sobre o grupo eram relevantes especialmente para o modo do terapeuta entender o funcionamento conversacional, a mudança terapêutica e o modo de interagir com os participantes. Contudo, permanecia uma naturalização da organização e do funcionamento do atendimento e, assim, as possibilidades de repensar o contrato, a composição grupal e a duração do grupo encontravam limites a partir da dificuldade de questionar os lugares do terapeuta e dos participantes e a inserção institucional do grupo.

Na instituição, em um trabalho de grupo voltado para o próprio funcionamento organizacional, aquele vocabulário também contribuiu para construir uma postura apreciativa e curiosa do coordenador do grupo e disponibilizar recursos e ferramentas para a construção do grupo fundador da ONG e suas formas de conversação. O entendimento do grupo como um processo conversacional de negociação de

sentidos, apesar de já presente no grupo realizado no contexto clínico, ganha destaque e novos contornos no contexto institucional. O foco é a negociação entre os diferentes projetos, no qual o reconhecimento da construção do problema e da mudança ganha um caráter imediato a partir da análise das formas do grupo conversar. Os participantes do grupo se auto-definiram como tal, não havendo reflexões sobre o processo de composição, nem sobre a demanda apresentada. A finalização do trabalho se deu, naturalmente, pela própria fundação da ONG.

Na comunidade, a idéia de composição do grupo foi redimensionada. O grupo era aberto e fluido. As ações se davam no contexto institucional e na própria comunidade. Diferente dos grupos na clínica e na instituição, as atividades extrapolavam o contexto da conversa imediata. A definição do problema e da busca pelo psicólogo não se davam por uma demanda de saúde mental ou por questões de organização do trabalho em equipe. O sofrimento se esboçava na forma das travestis serem tratadas pelo outro nas relações cotidianas, pela desqualificação imediata e pela recusa a direitos básicos de circulação social. A busca pela construção de uma nova narrativa sobre si a partir de problemas enfrentados em um contexto de estigmatização tão forte convidou a ações que, de um ponto de vista metodológico, reconhecessem explicitamente a inserção socio-histórica dos sistemas de significação. Esse trabalho convidou a novos formatos de intervenção e exigiu novas reflexões sobre o processo de construção social do grupo. Ele enfatizou a ação de mudança social, em oposição a uma explicação psicológica sobre ser travesti, e fez entrever as múltiplas formas de entender o processo conversacional a partir de uma sensibilidade à cultura local.

Essa análise sobre a utilização das redescrições construcionista sobre o grupo em diferentes contextos permitiu destacar como elas constituem formas produtivas de agir e entender a prática grupal, ao mesmo tempo que possibilitou um exercício de auto-crítica e reconhecimento da necessidade de expansão do compromisso por elas promovidos.

Assim, visualizamos a riqueza das ferramentas conversacionais construcionistas que são adaptáveis conforme a demanda e o contexto, possuindo grande flexibilidade e utilidade, conforme a criatividade de quem as utiliza. Elas podem se constituir como um valioso conjunto de recursos para o profissional que, enfatizando o processo de produção de sentidos, lida diretamente com as dimensões microssociais de construção da realidade. Elas oferecem uma forma de ampliação da conversa, de negociação de sentidos e de inclusão da diferença.

Por outro lado, os desafios enfrentados convidam a um aprofundamento das reflexões por elas propostas, especialmente sobre a inserção institucional e o conjunto de fazeres, identidades e expectativas aí presentes que delimitam as possibilidades da prática grupal. Nesse sentido, no contexto clínico, apesar do entendimento do grupo como prática discursiva ter um caráter transformador, em nossa trajetória, ele não exigiu que esse entendimento mostrasse toda sua amplitude, ou seja, explicitando sua perspectiva não-essencialista, multiforme, e eticamente comprometida. Foi no percurso da clínica, passando pela instituição, rumo aos contextos comunitários que a natureza socialmente construída de todos os aspectos grupais nos trouxe questionamentos que exigiram uma reflexão e inovação teórico-metodológica, não apenas sobre como realizamos os grupos, mas o porquê o fazemos. Esse caminho foi dando espaço à criação de intervenções que ampliavam redes de colaboração e davam formas inesperadas aos pressupostos já presentes na prática grupal no contexto clínico.

A análise sobre os usos do vocabulário do grupo como construção social e seus desafios nos convida a ultrapassar uma preocupação técnica em direção a um compromisso social. Muitas vezes, o cuidado profissional com os modos competentes de

intervir pode obscurecer a reflexão sobre os motivos da ação. Contudo, o abandono construcionista da investigação ontológica do grupo nos faz explorar as dimensões éticas e políticas do processo de produção de sentido por ele promovido.

Esse deslocamento da clínica à comunidade nos convida a refletir sobre o compromisso com a mudança social, com a possibilidade de se criar novos discursos sociais a partir do trabalho com os grupos. Ele torna as fronteiras entre o foco no processo e a busca de resultado borradas. A linguagem dos direitos e da cidadania presente no contextos comunitários reconhece as diferentes necessidades de diferentes pessoas e grupos e desafia qualquer prática profissional que não reconheça as implicações políticas do seu fazer.

A política do construcionismo é voltada para a promoção de processos de desnaturalização que podem funcionar como crítica social, fazendo rever certas intelegibilidades sociais (Gergen, 1997; Velody & Williams, 1998). Dessa forma, o discurso construcionista pautado numa posição relativista não exige o compromisso com causas ou grupos específicos, mas nos pede para assumir a co-responsabilidade pelo mundo que vivemos. Essa abertura a diferentes caminhos se combina com o modo dialógico como maneira preferencial de construí-los, numa busca de ampliação da participação dos diferentes grupos, que potencialmente gere uma sociedade inclusiva e democrática.

Essas reflexões apontam para pensarmos quais os compromissos de nossas práticas, não apenas com o outro imediato que nos procura, mas com a sociedade que vivemos. Os desafios enfrentados no uso do vocabulário do grupo como construção social nos convidam a transformar não apenas as práticas grupais mas, às vezes, as próprias instituições das quais elas fazem parte. O convite talvez seja o de pensar a política da prática grupal em todos os contextos, seja na clínica, na instituição ou na comunidade, refletindo sobre quais as mudanças geradas.

É importante lembrar que há outras formas de pensar o uso do vocabulário construcionista em contextos grupais, sejam clínicos, institucionais e comunitários. A análise realizada e os convites apresentados neste texto não têm a pretensão de descrever o correto e único entendimento sobre estas questões, nem de desvalorizar certas práticas grupais, nem de apontar os caminhos a serem seguidos. Eles são apenas o resultado de uma revisão do autor sobre seu próprio percurso teórico-metodológico, sobre a história de suas práticas, preocupações e reflexões. Esse texto foi escrito baseado na esperança de construção de uma narrativa transitória que estimule novos caminhos, desafios e aproxime novos parceiros na reconstrução permanente das propostas construcionistas e seu poder transformador.

REFERÊNCIAS

- Andersen, T.** (1987). The reflecting team: dialogue and metadiálogo in clinical work. *Family Process*, 26, 415-428.
- Anderson, A.** (1997). *Conversation, language and possibilities*. New York: BasicBooks.
- Becvar, R. J., Canfield, B. S. & Becvar, D.** (1997). *Group work*. London: Love Publishing Company.
- Browne, B. W. & Jain, S.** (2002). *Imagine Chicago – Ten Years of Imagination in Action*. Chicago: Imagine Chicago.
- Chen, M., Noosbond J. P. & Bruce, M. A.** (1998). Therapeutic document in group counseling: an active change agent. *Journal of Counseling and Development*, 76, 404-411.

- Gergen, K. J.** (1997). *Realities and Relationships*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J. & Warhuus, L.** (2001). Terapia como construção social: características, reflexões, evoluções. In M. M. Gonçalves & O. F. Gonçalves (Eds.), *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: a Construção Conversacional da Mudança* (pp. 27-64). Coimbra: Quarteto.
- Guanaes, C.** (2006). *A Construção da Mudança em Terapia de Grupo*. São Paulo: Vetor.
- Hammond, S. A.** (1996). *The Thin Book of Appreciative Inquiry*. Plano, TX: Kodiak Consulting.
- Herzig M. & Chasin, L.** (2006). *Fostering Dialogue Across Divides*. Watertown: Public Conversations Project.
- Mcnamee, S.** (2003). Social construction as practical theory: Lessons for practice and reflection in psychotherapy. In: D. Pare & G. Larner (Eds), *Critical Knowledge and Practice in Psychotherapy* (pp. 09-21). New York: Haworth Press.
- Mcnamee, S. & Gergen, K. J.** (Eds.). (1992). *Therapy as Social Construction*. London: Sage.
- Rasera, E. F.** (2006). Therapeutic stances in the construction of an AIDS/NGO: the psychologist as a partner. *AI Practitioner*, 34, 33-36.
- Rasera, E. F. & Japur, M.** (2001). Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 201-209.
- Rasera, E. F., Santos, L. A., Faria, L. G. S., Aguiar, R. L. C. & Pires, V. S.** (2006). A construção de um estágio em psicoterapia de grupo: uma perspectiva construcionista social. *Revista da SPAGESP*, 7, 30-39.
- Rasera, E. F. & Japur, M.** (2007). *Grupo como Construção Social*. São Paulo: Vetor.
- Rasera, E. F. & Issa, C. G.** (2007). A atuação do psicólogo em ONGs/Aids. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27, 566-575.
- Spink, M. J.** (Org.). (1999). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- Velody, I & Williams, R.** (Eds.) (1998). *The Politics of Constructionism*. London: Sage.
- White, M. & Epston, D.** (1990). *Narrative Means to Therapeutic Ends*. New York: W. W. Norton & Company.

AGRADECIMENTO

Agradecimentos à CAPES (Processo BEX6384/10-2) e ao CNPQ (Processo 311446/2021-3) pelo apoio financeiro e a Carla Guanaes e Marisa Japur pela leitura, comentários e sugestões.

EMERSON FERNANDO RASERA

Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

E-mail(s): emersonrasera@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6289-2313>